

## TOCANTINS: MEMÓRIA DA AUTONOMIA (1989-2002)

ANA ELISETE MOTTER<sup>1</sup>

Em 1989, o Tocantins foi instituído enquanto unidade da federação brasileira. No momento da implantação e estruturação desse novo estado, uma das categorizações mais recorrentes para demarcar alteridade a mais nova unidade federativa, do Brasil, no discurso do periódico<sup>2</sup> com maior circulação no Tocantins<sup>3</sup>, foi o seu processo de autonomia político-administrativa, ocorrido no final da década de 1980, em relação a Goiás.

No referido discurso, o Tocantins é distinguido e enaltecido por ter sido instituído através de uma separação territorial, da criação de uma nova fronteira. Em datas comemorativas, quando comentado, de forma entusiasta, o desenvolvimento econômico do estado, sempre houve uma rememoração do movimento de autonomia. Esse foi, sem dúvida, o momento fundador do estado; contudo, uma memória que perpassa todo o século XIX e chega até o final do século XX foi acionada para legitimar esse acontecimento, ocorrido em 1988. Assim, o fato desse estado ter sido instituído por meio de uma separação, é retrato, no discurso desse jornal, como uma categoria que compõe o aparato identitário tocantinense. É uma memória entrelaçada com a identidade do novo estado. E, aqui, torna-se importante explicitarmos o nosso entendimento sobre as relações entre um processo de construção de identidade e a memória.

Como (RICOUER, 2003: 81-124), entendemos que a relação entre um processo de construção de identidade e a memória é que esta é empregada, nessa construção, através de uma busca. É o que esse autor chama de memória exercida, que é aquela onde há um esforço de memória, o qual está dentro da esfera das possibilidades, das

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal do Tocantins – Doutora em História

<sup>2</sup> O referido periódico, o Jornal do Tocantins, faz parte da Organização Jaime Câmara, afiliada das Organizações Globo em Goiás e Tocantins.

<sup>3</sup> Importante ressaltar, que acreditamos que a Imprensa, por ser uma instituição que visa formar opinião e ter uma ampla abrangência na sociedade, seja um espaço social que revela e interfere na forma como os grupos se percebem. Afinal, todo discurso deixa perpassar um imaginário social e, esse, facetado como uma comunidade se autopercepção (BACZKO, 1985: 309). Além disso, acreditamos que o discurso da imprensa, ao nomear, categorizar, dizer, construir e interpelar sujeitos sociais, cotidianamente, pode persuadir e convencer seus receptores.

intencionalidades segundo um fim. Conforme esse autor, os processos identitários lançam mão da memória para consubstanciarem-se, por causa das fragilidades da identidade, que se assentam em um caráter presunçoso de querer dar a receita do que perdura e pode ser proclamado. Para esse autor, a primeira causa da fragilidade da identidade é a sua difícil relação com o tempo, pois, segundo ele, não é possível, tanto em nível individual como coletivo, manter-se a mesma ao longo do tempo. E, segundo o mesmo autor, é essa fragilidade que justifica, precisamente, a frequente recorrência à memória nos processos de construção de uma identidade. A memória passa a ser o suporte de continuidade temporal de um indivíduo ou grupo, é o passado que se une a um presente e projeta um futuro. E, quando a memória é acionada para dar tal continuidade temporal a um indivíduo ou grupo, ela mostra, muitas vezes, a sua vulnerabilidade intrínseca: a ausência da coisa recordada e sua presença, segundo um modo de representação.

O autor também indica outras fragilidades da identidade: o fato de essa ser contrastiva e ter que evocar o “outro” necessariamente como uma ameaça e, também, a situação de que não existe comunidade histórica que não tenha se originado na guerra ou no conflito. Para o autor, esses fatores necessários para a construção de uma identidade fazem com que a mesma tenha que se legitimar em um amálgama de “feridas” reais e simbólicas nos arquivos da memória. E esta, por se pautar na representação de algo ausente, quando é instrumentalizada a serviço da identidade pode ser manipulada.

*es en la problemática de la identidad donde hay que buscar la causa de la fragilidad de la memoria así manipulada. Esta fragilidad se añade a la propiamente cognitiva que proviene de la proximidad entre imaginación y memoria, y encuentra en ésta su acicate y su coadyuvante (RICOEUR, 2003: 111).*

Sendo assim, para o referido autor, o problema da relação entre a memória e a identidade é o fato de a memória ser mobilizada a serviço da busca, do requerimento, da reivindicação da identidade, pois há, nesses processos, a possibilidade de manipulação da memória e do esquecimento por quem tem o poder. Manipulação essa que é evidenciada pela demasiada memória, memória em excesso, abusos de memória ou de esquecimento. O autor afirma que é possível identificar os *resorts*, lugares em que se apoiam as diversas empresas de manipulação da memória, nas suas palavras: “En el

plano más profundo, el de las mediaciones simbólicas de la acción, la memoria es incorporada a la constitución de la identidad a través de la función narrativa” (RICOUER, 2003: 116).

É no relato, segundo a lógica do autor, que se circunscrevem os papéis dos sujeitos sociais, a ação dos mesmos e a própria ação. O relato, em função do seu caráter seletivo, tem meios astutos de promover tanto o esquecimento como a rememoração. A narração promove:

*relatos de fundación, relatos de gloria y de humillación alimentan el discurso de la adulación y del miedo. De este modo, se hace posible vincular los abusos expresos de la memoria a los efectos de distorsión propios del plano del fenómeno de la ideología* (RICOEUR, 2003:116-7).

O autor continua, afirmando que nesse plano a memória imposta está equipada por uma história autorizada, a história oficial, que é veiculada, ensinada e celebrada publicamente; aqui, memória, história e identidade se imbricam, pois, essa memória exercida, legitimada por uma história oficial, procura construir uma identidade.

As reflexões do citado autor, sobre as relações entre memória exercida e identidade nos permitem melhor analisar o discurso relativo à autonomia política do Tocantins, emitido pelo periódico em pauta no período por nós analisado. Podemos afirmar que há, nesse discurso, o que esse autor denomina de excesso de memória, pois a luta pela emancipação, muitas vezes representada, nesses enunciados, como remontando ao início do século XIX, assim como o “abandono” e a “exclusão” infligidos pelo “outro” antes da instituição do Tocantins, foi veementemente lembrada e relembrada nos enunciados desse discurso.

Como já afirmado, o movimento de autonomia da década de 1980, a “guerra fundadora do Tocantins”, foi insistentemente lembrado nos enunciados em análise e, não raro, como já mencionado, foi representado como o ápice, o apogeu de um processo que teve início em 1821, quando o ouvidor da comarca de São João das Duas Barras, Joaquim Theotônio Segurado<sup>4</sup>, declarou a autonomia do Norte de Goiás em relação ao

---

<sup>4</sup> Em 1821, em pleno processo de independência do Brasil, Theotônio Segurado declara a independência do norte de Goiás em relação ao sul com apoio de um pequeno grupo de autoridades dos julgados da região. Conforme a historiografia tocaninense, o ouvidor queria libertar o norte da exploração e

Sul. Na edição comemorativa ao dia da autonomia, em 1998, um artigo começou a descrever a saga da luta separatista com os seguintes enunciados: “Há 10 anos era promulgada a Constituição brasileira que criou o estado do Tocantins. Foram necessários 167 anos de luta para que os tocantinenses de hoje pudessem comemorar esta data” (J.T. 05/10/1998)<sup>5</sup>. Esses enunciados, ao darem um sentido de continuidade histórica entre os movimentos de 1821 e o da década de 1980, retrataram o Tocantins como se sua existência remontasse à segunda década do século XIX. O mesmo artigo, citando trechos da proclamação pela autonomia do Norte, feita por Theotônio Segurado em 1821, continuou a dar esse sentido histórico ao citado movimento, ou seja, o mesmo foi representado, nesses enunciados, como o deflagrador do início do processo de autonomia do Tocantins e, também, como um marco que principia, simbolicamente, o próprio estado.

*Habitantes da Comarca da Palma! É tempo de sacudir o jugo de um governo despótico; todas as províncias do Brasil nos têm dado este exemplo. Palmenses sejamos livres e tenhamos segurança pessoal; unámonos e principiemos a gozar as vantagens que nos promete a Constituição!” Estes trechos da célebre proclamação do ouvidor Joaquim Teotônio Segurado, em 15 de setembro de 1821, marcaram oficialmente a luta libertária tocantinense que chegou ao seu ápice com a criação do Estado do Tocantins através da promulgação da atual Constituição, em 05 de outubro de 1988. (J.T. 05/10/1998, p. 2, Edição Especial)*

O autor continuou o artigo, relatando todo o processo do movimento de 1821 e depois traçou uma linearidade histórica entre ele e as manifestações pró-autonomia, ocorridas no transcorrer dos séculos XIX e XX, até chegar ao ano de 1988, com a promulgação da Constituição e a criação do Tocantins. As manifestações pela autonomia do Norte goiano, ocorridas no século XIX são rememoradas nesses enunciados da seguinte forma:

*Em 22 de julho de 1873 o parlamentar João Cardoso de Menezes e Souza apresentou na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, uma proposta de divisão de Goiás e anexação ao Pará da parte Norte da*

---

descaso do centro-sul de Goiás, que por motivos de sediar a capital da Capitania, Vila Boa, e ter uma maior proximidade territorial com a Corte, detinha os mecanismos para usurpar benefícios que, de direito, pertenciam ao norte. O movimento de autonomia revelou-se frágil, durando um pouco mais de um ano e meio, pois, as lideranças do mesmo, em função de interesses pessoais e diferentes posicionamentos políticos, principalmente em relação a apoiar ou não o movimento de independência do Brasil, não conseguiram efetivar o seu intento. Ver sobre: CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *O Movimento separatista do norte de Goiás (1821-1988)*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) -- UFG, Goiânia, 1990.

<sup>5</sup> As referências relativas às citações, extraídas do Jornal do Tocantins, serão abreviadas com as iniciais do jornal: J.T..

*província goiana. Em alternativa a isso, o Visconde de Taunay, deputado por Goiás, propôs a criação da província de Boa Vista do Tocantins. Em 1879, o mesmo Visconde de Taunay apresentou um projeto propondo a criação da Província do Tocantins. Em 1880, Fausto Souza lançou uma carta de redivisão territorial em que previa o surgimento do Tocantins abrangendo vilas e povoados ao Norte do Paralelo XIII goiano (J.T. 05/10/1998, p. 2, Edição Especial).*

Como podemos perceber, há, nesses enunciados, um encadeamento que inter-relaciona os fatos, dando um sentido evolutivo às manifestações pró-autonomia ocorridas no transcorrer do século XIX. Em relação às manifestações que propunham a autonomia do Norte de Goiás, ocorridas no século XX, o artigo salientou:

*Em 1920, José Pires do Rio, ministro de Viação e Obras, fez mais uma defesa da criação do Estado tocantinense, o mesmo acontecendo com o professor e geógrafo Teixeira de Freitas, durante o período de 1937 a 1942, em um estudo de redivisão territorial. O brigadeiro Lysias Rodrigues, que estabeleceu os aeroportos da rota aérea tocantinense, chegou a escrever cartas para Getúlio Vargas defendendo a criação do Estado juntamente com o brigadeiro Eduardo Gomes. Lysias, ao inaugurar um aeroporto em Porto Nacional, em 1945, fez uma veemente defesa da criação do Tocantins (J.T., 05/10/1998, p.02, Edição Especial).*

O autor continuou:

*Em 13 de maio de 1956, o Dr. Feliciano Braga, juiz da comarca de Porto Nacional e o professor Fabrício César Freire divulgam um 'Manifesto à Nação' defendendo a criação do Tocantins. Assinado por vários nortenses, o manifesto teve repercussão e na Assembléia Legislativa goiana, a deputada Almerinda Arantes apresentou um projeto propondo a criação do Estado. Em 1960, o padre Ruy Rodrigues da Silva fundou em Goiânia a Cenog (Casa do Estudante do Norte Goiano) para incentivar a juventude a apoiar o movimento libertário. E em 1981, foi criada a Conorte (Comissão de Estudos do Norte Goiano), com a meta de lutar pelo desenvolvimento da região e criar o novo Estado (J.T., 05/10/1998, p.02, Edição Especial)*

Na sequência, o artigo relatou a trajetória de Siqueira Campos<sup>6</sup>, representado, nesse discurso, como um seguidor, um herdeiro direto de Segurado e das outras lideranças que se manifestaram a favor da divisão do estado de Goiás. E o autor

---

<sup>6</sup> José Wilson Siqueira Campos foi governador do Estado por três mandatos: de 1989 a 1990, de 1994 a 1998 e de 1999 a 2002. Antes disso, destacou-se no processo de autonomia da antiga região norte de Goiás. Em 1983, foi autor de um projeto, apresentado na Câmara dos Deputados, que previa a separação de Goiás e a criação do Estado do Tocantins. Esse projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional, em 1985, mas vetado pelo Presidente da República. Quatro meses após, foi reapresentado pelo Senador goiano, Benedito Ferreira e, apesar de aprovado por parte da Câmara e do Senado foi, mais uma vez, vetado pelo Presidente da República. O veto do então Presidente, José Sarney, provocou protestos e, dentre esses, o que mais se destacou, foi a greve de fome, realizada por Siqueira Campos e Totó Cavalcante. Em 1987, Siqueira Campos, participando da Assembléia Nacional Constituinte, propôs a separação do antigo norte de Goiás e a criação do Estado do Tocantins, o que foi aprovado para a nova constituição pela Casa. Ver sobre o assunto: CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *O Movimento Separatista do Norte de Goiás (1821-1988)*. Goiânia: Dissertação de Mestrado da UFG, 1990.

concluiu: “E é esta mais jovem unidade da Federação que hoje completa dez anos de existência, trazendo na bagagem a experiência de muitas lutas que são sementes para a construção do grande futuro sonhado pelos heróis de sua odisséia libertária” (J.T. 05/10/1998, p.02, Edição Especial).

Percebemos, nos enunciados do artigo citado, uma recorrência à memória para fundamentar a ideia de uma “guerra fundadora” para o Tocantins. Houve a construção de um relato, que selecionou o que devia ser lembrado e esquecido, circunscrevendo a ação dos sujeitos e a própria ação e encadeando fatos para dar um sentido lógico a essa “guerra” que criou o Tocantins. É a memória exercida dando sentido ao passado, ao presente e vislumbrando um futuro, memória que deu continuidade no tempo ao Tocantins e sanou o que (RICOUER, 2003:81-124) indica como fragilidade da identidade, que vem a ser a dificuldade de se manter o mesmo ao longo do tempo.

Para esse discurso, quase duzentos anos não mudaram em nada os objetivos, as necessidades, a situação da população e os interesses das elites políticas da região; tudo continuou igual, houve uma continuidade histórica. É o relato que, ao selecionar o que deve ser lembrado ou esquecido, pode enquadrar a memória, a memória que tem um fim, memória que viabiliza a continuidade no tempo de um grupo, o qual, tendo um passado em comum, justifica seu presente enquanto tal e projeta um futuro.

A autonomia foi representada, por esse discurso, como uma luta, uma saga que chegara ao fim com um desfecho favorável, algo que necessariamente teria que acontecer para demarcar fronteiras existentes desde a segunda década do século XIX. Além disso, percebemos que o discurso do Jornal do Tocantins para justificar essa “guerra fundadora” do estado, lança mão de uma lógica baseada em uma memória da espoliação, do abandono e do isolamento a que estava relegado o antigo Norte de Goiás. Essa memória do isolamento, ao justificar a luta do Norte para libertar-se dos grilhões do Sul, acabou por circunscrever a figura do “outro” no antigo sul goiano. Aqui percebemos o que (RICOUER, 2003:81-124) também indica como fragilidades de um processo identitário: o fato de esse ser contrastivo e ter que recorrer à memória para evocar o “outro”, que é visto necessariamente como uma ameaça, e a situação de que toda comunidade histórica se origina numa guerra, num conflito. Esses fatores necessários para a construção de uma identidade fazem com que a mesma tenha que se ancorar em uma memória ferida.

Nos enunciados do Jornal do Tocantins, inúmeros são os relatos da situação de isolamento, pobreza e esquecimento da antiga região Norte de Goiás, espoliada pelo sul. É uma memória que justifica o presente de um estado autônomo e o prepara para um futuro promissor.

*Os governos de Goiás, que sucessivamente se alternavam no poder, ao serem eleitos com a ajuda dos votos daqui, logo após o pleito esqueciam o Norte e o Nordeste, pois os tinham como um peso morto, um verdadeiro apêndice para o Estado.*

*O dinheiro aqui arrecadado, que diziam ser irrisório, era levado para Goiânia e alhures aplicado. Para cá voltavam-se as costas e o povo desassistido era quem sofria. [...]*

Em 1988, com a nova Constituição veio o estado do Tocantins. Este era fruto do trabalho e da coragem de grandes nomes, que abraçaram a causa de libertar o Norte do jugo das elites dominadoras, por vislumbrarem, neste pedaço da Amazônia Legal, uma região próspera e viável, a qual poderia, tranquilamente, tomar sozinha o rumo do progresso e da prosperidade de sua gente, antes humilhada e massacrada pela ganância dos irmãos do sul (J.T. 29-30/11/1996, p. 2).

Em outro artigo, lemos os seguintes enunciados:

*Já houve quem acreditasse que o Tocantins era um garimpo. Estes ficaram à margem da estrada. Antes, porém, aqueles que utilizaram de todos os instrumentos disponíveis para inviabilizarem a criação do Estado. Difícil não deixar de lembrar as ações e omissões do ex-governador (atual senador), Iris Rezende, contrário a instituição de direito do estado do Tocantins, e tantos outros goianos, que, preocupados com o seu quinhão, imaginavam relegar ao seu quintal a rica e inexplorada – marginalizada na mesma cruel proporção – Região Norte. As ações contrárias partiram até mesmo das igrejinhas culturais goianas, cada um a seu modo, e valendo-se da possibilidade universal do direito. (J.T. 04- 05/10/1996, p. 2).*

Nas citações acima, está explícita a recorrência a uma memória do atraso e do isolamento que circunscreve a figura do “outro”, o Sul goiano. Representado como o causador das mazelas do antigo Norte, o sul vem a ser o responsável também, pela “guerra” da autonomia, a qual, conforme os enunciados em análise, instaurou um presente totalmente promissor para a região.

*A história já provou que valeu a pena criar o Estado. Antes éramos uma porção esquecida de Goiás, isolada no centro do Brasil, sem a mínima infra-estrutura. Aqui faltava tudo: escolas, hospitais, saneamento, segurança mas nunca faltou esperança. Hoje, com menos de 10 anos, o Tocantins cresce em ritmo acelerado e se consolida como uma das unidades mais promissoras da federação. (J.T. 05/10/1998, p. 12, Edição Especial).*

A ideia de que o Norte era esquecido pelo Sul, região que detinha o aparato financeiro e administrativo do antigo Goiás, foi insistentemente emitida nos enunciados em questão. A veiculação dessa ideia tendeu a construir, no imaginário dos receptores desse discurso, uma espécie de ressentimento em relação ao Sul, e, como nos lembra Ansart (2004), nada como o ressentimento para forjar um sentimento identitário entre um grupo. Esse autor, refletindo sobre o conceito de ressentimento, afirma que a construção de identidades, tanto pessoais como de grupos, está densamente alimentada, cultivada e acalentada por cargas afetivas muitas vezes negativas: “[...] o ódio recalcado e depois manifesto cria uma solidariedade afetiva que, extrapolando as rivalidades internas, permite a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com seu grupo” (ANSART, 2004: 22).

Assim, podemos afirmar que a rememoração constante de um passado de exclusão do antigo Norte goiano, feita pelo Jornal do Tocantins, ancorou a interpelação de um sentimento identitário entre os receptores desse discurso. Esse passado de exclusão, insistentemente rememorado, produzia um sentido naquele presente, qual seja: passado de isolamento e pobreza que legitimou a autonomia e a consolidação do estado e que preparava a região para um futuro extremamente promissor.

*Anos atrás quando o Tocantins se constituía no Norte-Goiano, olhávamos este pedaço do Brasil como parte isolada e esquecida pelos governos Federal e Estadual da época. Lembro-me como se fosse hoje, a grande existência de poeira, lama, falta d'água, de energia, falta de estradas, de escolas, de estrutura e saúde, aos pequenos produtores e aos micros e pequenos empresários. Vivíamos a mercê do descaso, do sofrimento, do abandono, do esquecimento. [...]*  
*Após a criação do novo estado, deu-se início a construção de um sonho, a busca pela transformação de um estado recém-criado e fraco, em um Tocantins forte, emergente, e potente. [...]*  
*Por tudo que se tem feito nesse Estado, pelo que vem sendo concretizado por este Governo, só nos deixa certos de que o estado caminha a passos ligeiros rumo ao desenvolvimento e a modernidade (J.T., 10/06/1998, p. 4).*

Diante do exposto, podemos afirmar que houve, por parte do discurso veiculado pelo Jornal do Tocantins, no período investigado, a recorrência a uma memória exercida que, repetitivamente, rememorou os mesmos feitos e fez a mesma seleção do que devia ser lembrado e esquecido. Há a lembrança constante do período em que o antigo Norte estava inserido no estado de Goiás, em uma situação que, segundo o discurso em questão, lhe imputava exploração e usurpação. Isso é o que podemos chamar de



memória instrumentalizada, que visa a construção de uma identidade e, para isso, lança mão da construção de um relato que circunscreve a figura do “outro” e também da guerra fundadora de uma comunidade. Memória que passa a ser um elemento constitutivo da identidade, pois é ela que estabelece um elo temporal por meio de uma visão de passado que legitima o presente e dá uma perspectiva de futuro. Esse elo entre passado, presente e futuro é indispensável a todo e qualquer processo de construção identitário, já que, como afirma (RICOUER, 2003: 81-124), dentre as fragilidades da identidade, a que mais se destaca é a sua relação com o tempo, ou seja, a difícil situação de permanecer a mesma, tanto em nível individual como coletivo, ao longo do tempo. Assim sendo, Estado com um passado de exclusão, mas que vivenciou lutas durante quase duzentos anos para efetivar a sua autonomia: estas são duas classificações, circunscritas no âmbito da memória, que o discurso do Jornal do Tocantins invocou, no período em análise, para demarcar alteridade a mais nova unidade da federação.

## REFERÊNCIAS

- ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004. p. 15-36.
- BARTH, Frederik. *Los grupos étnicos e sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Enciclopédia Einaudi. v. 5. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A Economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004.
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *O Movimento separatista do norte de Goiás (1821-1988)*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) -- UFG, Goiânia, 1990
- \_\_\_\_\_. *O discurso autonomista do Tocantins*. São Paulo: EDUSP, 2003.

- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.
- DINES, Alberto. *O Papel do jornal*. São Paulo: Summus, 1986.
- ENNE, Ana Lucia S. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. *Revista Fronteiras estudos midiáticos*. São Leopoldo, v. 6, n. 2, p. 101-116, jul./dez. 2004.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1992.
- FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: UPF, 2004.
- FIRMINO, Eugênio Pacelli de Moraes. *Ensino de história, identidade e ideologia: a experiência do Tocantins*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) -- UFG, Goiânia, 2003.
- GIRALDIN, Odair (Org). *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-120.
- \_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- JORNAL DO TOCANTINS, Palmas, 1989- 1997 - edições comemorativas
- JORNAL DO TOCANTINS, Palmas, 1998 - 2002
- . NAVARRO, Raúl Béjar; CAPPELLO Héctor Manuel G. *Bases teóricas y metodológicas en el estudio de la identidad y el carácter nacionales*. México: UNAM, 1990..
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.
- OLIVEIRA, Rosy. *O movimento separatista do Tocantins e a Conorte (1981-1988)*. 1998. Dissertação (Mestrado de História) -- UNICAMP, São Paulo 1998.
- ORLANDI, Eni Pucinelli. *Discurso e leitura*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PALACIN, Luís. *Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista*. São Paulo: Loyola. Goiânis: Cegraí, 1990.
- PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos históricos do Tocantins*. Goiânia: UFG, 1999.
- PINTO, Céli. *Com a palavra o Sr. Presidente José Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- RIBEIRO, Fabrício de Almeida. *A invenção do Tocantins: memória, história e representação*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) -- Goiânia, 2001.
- RICOUER, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Madri: Trotta, 2003.
- SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário? In: \_\_\_\_\_. ( Org). *História no plural*. Brasília: UNB, 1994. p. 43-67.